
Relembrando Itamar:

CH'w



— É aqui que eu abro a boca, e o dólar
sobe, e a Bolsa cai!

Mais caro, Auxílio Brasil perde foco nos programas sociais ante Bolsa Família

Apesar do salto no orçamento, Auxílio Brasil é considerado menos eficaz que o Bolsa Família, por não incluir adicionais que contemplam avanços sociais. **PÁGINA 20**

Mais gasto e menos foco nos programas sociais

Política de transferência de renda aos mais pobres no país passou por mudanças entre a criação do Bolsa Família e a do Auxílio Brasil. Para especialistas, aumento de despesas não é necessariamente sinônimo de maior eficácia

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.org.br
BRASILIA

A ampliação da quantidade de famílias e do valor que elas recebem pela transferência de renda não são as únicas diferenças entre Auxílio Brasil e Bolsa Família. Os programas voltados à população pobre e extremamente pobre do país têm pouco em comum, além da definição da linha de pobreza.

Para Cecília Machado, economista-chefe do BOCOM BBM e professora da FGV, as mudanças nos dois programas foram marginais, mas a calibragem é bem distinta:

—A principal diferença foi a regra do (piso) mínimo, que foi bem ruim porque tirou a focalização do Bolsa Família.

O orçamento do programa cresceu, e muito: pulou de cerca de R\$ 30 bilhões do Bolsa Família para mais de R\$ 100 bilhões anuais, valor que pode chegar a R\$ 175 bilhões caso o PT concretize os planos de pagar um piso de R\$ 600 para as famílias e adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos.

Esse movimento vai consolidar a expansão de Orçamento na transferência de renda às custas da focalização do programa: sai de cena a ação "barata", em termos de PIB, com pagamento de benefícios diferentes para diferentes composições familiares, para um programa mais caro e menos eficaz, que ainda incentiva a divisão artificial de famílias:

— Os R\$ 150 das crianças

melhoram um pouco a focalização, mas não resolvem o incentivo à fragmentação familiar para efeito de cadastro. De fato, os dados do CadÚnico revelam que desde a instituição do Auxílio Brasil o tamanho médio das famílias cadastradas caiu de 3,01 em novembro de 2021 para 2,59 em outubro de 2022 — diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Mais orçamento

O pagamento de benefícios sociais à população mais vulnerável alcançou novo patamar quando o Bolsa Família foi lançado pelo PT em 2003, a partir da unificação de programas de transferência de renda como o Bolsa Escola e o Auxílio Gás, criados no governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualizar o programa era um movimento natural, mas o governo de Jair Bolsonaro, ao imprimir sua marca no Auxílio Brasil, introduziu desenho mais custoso porque foi inspirado em uma ação extraordinária, o Auxílio Emergencial pago a vulneráveis durante a pandemia.

No governo Bolsonaro, antes do início da pandemia, em março de 2020, o Bolsa Família era pago a 13 milhões de famílias que recebiam, em média, R\$ 191 por mês. A previsão de orçamento naquele ano, em valores atualizados, era de R\$ 36 bilhões.

Com a pandemia e o pagamento de três versões do Auxí-



Cadastro. Fila para recadastramento no CadÚnico: atualização dos dados foi retomada após flexibilização na pandemia

lio Emergencial, que começou em R\$ 600 e terminou com um valor variável entre R\$ 150 e R\$ 375, o governo decidiu redesenhar a ação e criou o Auxílio Brasil. Em outubro de 2022, o programa pagou benefícios a 21,1 milhões de famílias, que receberam, em média, R\$ 609 mensais. Para 2023, o governo havia reservado R\$ 105 bilhões no Orçamento, o suficiente para pagar um benefício médio de R\$ 400 a essa quantidade de famílias.

Benefícios com limite

O Bolsa Família era composto de benefício básico, que equivalia à linha de pobreza, e outros variáveis, de acordo com a composição familiar: número de filhos e mulheres gestantes

e lactantes, por exemplo. Ainda havia benefício calculado individualmente, voltado a famílias mais vulneráveis.

Enquanto o programa existiu, ele fazia pagamentos a famílias extremamente pobres (renda per capita de R\$ 89) e pobres (renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178). O benefício básico era de R\$ 41 (para crianças de 0 a 15 anos, gestantes e lactantes), com limite de até cinco pagamentos, e de R\$ 48 (a jovens de 16 e 17 anos), limitado a dois por família. O benefício de superação da pobreza era calculado à parte.

Para receber esses benefícios, era preciso fazer acompanhamento de saúde na rede pública, manter a caderneta de vacinação das crianças atualizada e ter frequên-

cia escolar acima de 85%.

No Auxílio Brasil, são consideradas extremamente pobres as famílias com renda per capita de até R\$ 105 e pobres as que recebem entre R\$ 15,01 e R\$ 210 por pessoa. O desenho do programa até previa pagamento de valores para famílias com crianças e gestantes, mas imperou o benefício mínimo para todas as famílias: começou em R\$ 400 e agora está em R\$ 600, ampliado em julho com a aprovação atabalhoada da proposta de emenda à Constituição (PEC) Eleitoral, que permitiu o aumento só até dezembro.

Para receber o benefício, são cobradas vacinação e acompanhamento nutricional de crianças até 7 anos e pré-natal de gestantes e a frequência escolar entre 60% e 75%, a depen-

der da faixa etária. Por causa da pandemia, houve flexibilização desses pontos e da atualização das inscrições no Cadastro Único, retomadas agora.

Dissolução das famílias

Como o Bolsa Família pagava uma cesta de benefícios que dependiam da composição familiar, um adulto extremamente pobre poderia receber um pagamento básico, mas o repasse se ampliava de acordo com a composição familiar. Ao estabelecer um pagamento mínimo, independentemente do número de familiares, o Auxílio Brasil acabou estimulando a divisão artificial de famílias.

A quantidade de pessoas que moram sozinhas e recebem a transferência de renda cresceu 172% sob a gestão Bolsonaro: saltou de 1,8 milhão no Bolsa Família para 4,9 milhões no Auxílio Brasil. Já o número de famílias com duas ou mais pessoas cresceu 25%: de 12,2 milhões para 15,3 milhões.

Cecília Machado avalia que o pagamento mínimo elimina a capacidade de pagamento diferenciado a quem mais precisa:

— É um ponto importante porque parece que o governo novo quer manter isso, o que é muito ruim para a focalização e porque estimula família uni-pessoal. A pobreza deixa de ser medida em termos per capita e prejudica as crianças pobres.